

Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 06/2019

Data: 24/04/2019 – de 09h00 às 12h30

Local: Ed. PO 700 – Sala 219 – Segundo Andar

Participantes:

Membros do Comitê:

- Ronaldo Nogueira de Oliveira – Presidente;
- Marcio Sidney Sousa Cavalcante – Diretor Executivo;
- Paulo de Barros Lyra Filho – Chefe de Gabinete Substituto;
- Ruy Gomide Barreira - Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
- Ocileia Fernandes Carneiro - Diretora do Departamento de Saúde Ambiental;
- Carlos Luiz Barroso Junior – Diretor do Departamento de Administração;
- Ana Salett Marques Gulli – Procuradora-Chefe
- Sueli Etsuko Takada Pavesi de Abreu – Representando o Auditor-Chefe;

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Larissa de Lavor Martinelli Pitrez – Coordenadora-Geral da Cgpla;
- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Coordenadora da Cogep/Cgpla substituta;
- Renan Lange Holdorf – Coordenador do Subcomitê substituto e servidor da Copla/Cgpla/Direx.

Membros do Subcomitê:

- Patricia Valéria Vaz Areal – Coordenadora-Geral da Cgcot/Densp;
- Érika Teixeira Costa Valença – Coordenadora da Colep/Cgesp;
- Ricardo Frederico de Melo Arantes – Coordenador-Geral da Cgear/Densp;
- Rodolfo Rodriguez de Carvalho – Coordenador-Geral da Cgesa/Densp;
- Frank Deusdará de Souza – Auditor – Membro de apoio técnico;
- Fernanda Rodrigues de Moraes – Procuradora – Membro de apoio técnico.

Servidores Convidados:

- Valteir Lopes Pereira – Coordenador da Cgcon/Direx substituto;

Agentes Externos:

- Deane D'Abadia Moraes – Auditora Federal de Controle Externo – Assessora da Secretaria de Controle Externo da Saúde – SecexSaúde - TCU

Pauta:

- Sistema de Monitoramento e Avaliação por Indicadores – Primeira Rodada de Monitoramento

ORDEM DO DIA

A Sra. Elizabeth Manes, pela Secretaria do Comitê, fez a saudação inicial e apresentou os membros do Subcomitê presentes. Ressaltou a ausência do Coordenador do Subcomitê, Sr. Rodrigo Varela, tendo em vista que, no mesmo horário da reunião do CGRC, estava ocorrendo reunião da Rede GIRC, instância que a Funasa já vinha tentando integrar. Apresentou a Sra. Larissa, recentemente em exercício como Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação. Informou a única pauta da reunião, que trata da Sistemática de Monitoramento e Avaliação por Indicadores, ressaltando que, na reunião passada, ficou pendente a tomada de decisão acerca de medidas para o enfrentamento de situações visualizadas por meio dos indicadores, com Superintendências abaixo da média em algumas métricas.

O Sr. Presidente solicitou que se estabelecesse o horário limite da reunião. A Sra. Elizabeth informou que a pauta deve durar duas horas. O Sr. Presidente informa que precisará se ausentar antes, em virtude de agenda fora da Presidência da Funasa e que, em sua ausência, o Sr. Márcio assumiria a pauta.

O Sr. Renan iniciou a apresentação dos indicadores homologados dentro da Sistemática. O primeiro indicador apresentado foi o de Percentual de Objetos Concluídos, considerando-se o universo total de instrumentos celebrados e, em outra análise, desconsiderando-se os instrumentos celebrados entre 2016 e 2018. Verifica-se que algumas superintendências estão bastante abaixo da média, tendo sido plotado no gráfico, além da média, um desvio-padrão para cima e para baixo. Analisando-se as Superintendências que estão abaixo de um desvio-padrão, observou-se grande evolução no número de instrumentos nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, gerando a grande variação percentual de execução em tais unidades.

O Sr. Valteir sugere que seja avaliada a capacidade operacional de cada Superintendência em conjunto com o dado apresentado, com a quantidade de servidores trabalhando nos instrumentos. O Sr. Paulo informa que esse indicador não possui tal pretensão no momento e explica que a proposta é identificar tudo que está muito abaixo da média e realizar um trabalho junto às Superintendências, citando o exemplo de Pernambuco, onde a variável “força de trabalho” não explicaria qualquer deficiência.

O Sr. Renan apresenta, ainda, o painel de obras concluídas para o ano de 2016, verificando que a média nacional é de apenas 4% e elencou as possíveis causas de tal execução baixa. O Sr. Presidente questiona se há como identificar as causas de tal execução baixa. O Sr. Paulo elenca as possíveis causas: má qualidade da celebração – a Funasa celebra convênios com propostas sem projeto básico; prazo de 18 meses para apresentação do projeto; demora no processo licitatório. O Sr. Ruy informa que o Densp vem trabalhando para a padronização de projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, visando encurtar o tempo de entrega do projeto, assim como para a aquisição de equipamentos. O Sr. Paulo opina que muitos municípios precisam de apoio da Funasa, uma vez que há municípios que não conseguem entregar projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares no prazo de 18 meses, mesmo com o padrão que a Funasa fornece. Acrescenta que a Funasa ainda não iniciou o processo de seleção para o orçamento de 2019 e que há de se pensar soluções para atingir tais problemas. O Sr. Paulo pede para que seja demonstrado o recorte com a exclusão dos anos de celebração de 2016 em diante e verifica que o percentual médio de conclusão salta de 55% para 75%, o que evidencia a ineficiência a partir do processo de celebração e deve

levar a um aperfeiçoamento do seu modelo de seleção, celebração e acompanhamento até o início da obra. O Sr. Ruy pontua que a maioria dos instrumentos que a Funasa financia são dos programas de Melhorias Sanitárias, Chagas e de Saneamento Rural – este, em especial, com orçamento de emenda. Com relação aos dois primeiros, a área técnica já vem fazendo um processo de padronização, respeitando os aspectos regionais tanto em arquitetura quanto com relação aos materiais, o que deve gerar reflexos positivos. Pontua, ainda, os problemas de ordem política na execução das propostas, em especial o que tange ao inquérito sanitário, acrescentando que, se a Funasa realizar o inquérito sanitário em lugar do gestor municipal, evita o direcionamento do benefício por parte do gestor. O Sr. Presidente pontua que essa prática de direcionamento político precisa terminar e pontua que deve haver critérios bem definidos, refletir sobre sua base orçamentária – se há como financiar – e realizar o planejamento adequado, inclusive verificando a existência de capacidade operacional. Opina que os municípios que contam com estrutura de secretarias, que contam com Câmara de Vereadores, não possuem recursos para realizar um projeto básico é complicado, e que a Funasa tem de se concentrar em abrir o edital e publicar os critérios para a obtenção dos recursos, e não na elaboração de projetos. Pontua que há necessidade de duas coisas: efetividade e pontualidade no desembolso dos recursos, uma vez que obra na ponta é emprego e a sociedade ganha com a obra pronta. Acrescenta que os critérios não podem ser tomados por motivação política, econômica ou religiosa, mas com fundamentação técnica, sendo que o CGRC possui um papel importante na correção de rumos da Funasa, visando à regularização de obras paralisadas. Acrescenta que, antes de abrir qualquer programação, a Funasa precisa saber se possui capacidade operacional, caso contrário só aumentará seu passivo, prejudicando a imagem institucional. O Sr. Renan acrescenta que outro ponto a ser pensado para a solução dessa problemática passa pela adoção do Modelo de Excelência em Gestão de Transferências Voluntárias, trazido pela Diretoria de Transferências Voluntárias do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, implementado tanto para concedentes quanto para convenientes, que permitiria à Funasa melhorar seus processos internos, estabelecer um portfólio de soluções a municípios com baixa excelência de gestão e, ainda, questionar a própria estratégia da Funasa para verificar se a transferência voluntária é a melhor forma de se executar a política.

O Sr. Paulo informa ao Sr. Presidente que há a suspeita de que os números apresentados pelos indicadores não reflitam a realidade e que as superintendências que estão puxando as médias para baixo estejam com números mais baixos que os reais, por diversos problemas, incluindo-se a subnotificação e, portanto, opina que o CGRC precisa pontuar as medidas para o enfrentamento de tal cenário, que não é o ideal. A Sra. Elizabeth relembrou que, na portaria, existe a necessidade de cada Superintendência criar seu Comitê de Monitoramento, sendo que algumas Superintendências não criaram seus colegiados. Informa que a Cgpla irá apresentar, no final, sugestão de realização de videoconferências com as Superintendências marcadas como “em atenção”, visando verificar a situação e corrigir eventuais distorções. O Sr. Paulo propõe duas alternativas: chamar os superintendentes para reunião em Brasília, ou visitar as Superintendências. O Sr. Ruy relembra o processo de supervisão ocorrido desde 2014, apontando que há êxito na correção de problemas nas Superintendências com a supervisão *in loco*. Relata a experiência exitosa na Superintendência do Pará em 2014 e no Rio Grande do Sul, recentemente e informa a importância da pactuação das medidas e procedimentos visando à correção de rumos. Pontua que as equipes, quando iniciam as rodadas de pactuação de

metas, elencam uma série de dificuldades, mas que é possível vencer tais dificuldades com ferramentas de gestão, inclusive no que tange à quantidade de instrumentos celebrados. O Sr. Renan apresenta a informação de que houve um crescimento acentuado de celebrações para as Superintendências de Amazonas, Maranhão e Pará, onde deve haver atenção da gestão para a capacidade operacional. O Sr. Márcio pontua que nem sempre é uma situação onde a Superintendência tem governabilidade para aceitar a quantidade de convênios celebrados. O Sr. Ruy opina que há como corrigir isso com as reuniões. O Sr. Márcio questiona se o indicador também se comportaria da mesma forma se, analisando-se a base de três anos atrás, fossem retirados os últimos três anos de celebração. O Sr. Paulo pontua que solicitou o exercício para que se comprovasse a tese de demora entre a celebração e a conclusão de obra. O Sr. Rodolfo pontua que há de se separar o tempo de execução da obra do tempo que decorre antes de a obra iniciar, informando que não há justificativa para a demora dos municípios no que tange à ação de Melhorias Sanitárias, pois a Funasa disponibiliza o modelo no sítio institucional, bastando ao conveniente atualizar os preços pela planilha do Sinapi. O Sr. Presidente pontua que, nos últimos três anos, houve um excesso de celebração, sem que as Superintendências tivessem condição de suportar tal acréscimo, e acrescentou que, a partir de 2019, a Funasa deve estabelecer critérios e um planejamento mais efetivo para melhorar os indicadores, além de monitorar o desempenho das Superintendências, exigindo dos gestores que alimentem os sistemas. O Sr. Paulo relembra que há uma portaria que regula o trabalho dos técnicos de engenharia e de convênios, com competências e responsabilidades, ou seja, que a Fundação possui as ferramentas necessárias para cobrar a resposta dos responsáveis pelos resultados de forma impessoal. O Sr. Renan relembra que a responsabilidade de apresentação dos dados, segundo a Portaria, é da área técnica, que detém conhecimento acerca do processo de trabalho, e apresenta os recortes sugeridos pelo Sr. Márcio, selecionando uma data de extração em 2016 e se avaliando o percentual de conclusão em relação ao total de celebrados, gerando um resultado de 51% e, em um segundo recorte, excluindo-se os anos de 2013, 2014 e 2015, gerando um resultado de 61%, o que dá indícios sobre a tese de longo decurso de tempo até o início das obras e, conseqüentemente, até sua conclusão. Além desses recortes, foi avaliada a execução do PAC 2, comparando as celebrações de 2011, 2012 e 2013 e, depois, incluindo-se 2014. Os resultados gerais são de 47% e os sem 2014 são de 68%. Questionou-se o motivo de tal inexecução, dado que o PAC 2 foi celebrado com projeto aprovado, levantando-se a hipótese de erro nos dados. O Sr. Ruy reafirma a necessidade de pactuação junto às Superintendências para melhorar a visão do indicador, pois apenas demandar por Ofício não tem obtido resposta. O Sr. Presidente propõe que se encaminhe comunicação às Superintendências, dando prazo de 15 dias para a regularização das incorreções nos sistemas, dado que o problema verificado é da alimentação equivocada dos sistemas. O Sr. Valteir aponta que um dos problemas está em o técnico se deslocar, visitar a obra e só no retorno à sede inserir o relatório no sistema, quando insere. O Sr. Ruy acrescenta que os status de obra e demais informações não estão sendo informados corretamente, gerando a subnotificação, quando a obra está praticamente com 100% de percentual, mas não é concluído no sistema, sendo mantida a obra com status “em execução”. O Sr. Presidente propõe também a organização do rito procedimental, ou cobrar a aderência ao rito caso ele já esteja estabelecido, dada a responsabilidade do servidor perante seu Estatuto em caso de descumprimento de normas. A Sra. Ana Salett relembra que já existem as normas, que podem ser atualizadas, mas questiona qual será a consequência para o descumprimento do prazo e das normas. O

Sr. Presidente afirma que fará as devidas responsabilizações. O Sr. Valteir informa que analisou, no sistema, o mecanismo de indicação de técnicos para os instrumentos e verificou que há ainda há indicação de técnicos que não estão mais na Funasa, bem como de instrumentos sem indicação do técnico responsável, encontrando bastante dificuldade em tal avaliação. O Sr. Paulo relembra que há uma Portaria que determina a distribuição dos instrumentos para um técnico da área administrativa e um da área técnica, e que o relato do Sr. Valteir aponta para o descumprimento da portaria.

O Sr. Presidente informa que precisará se ausentar da reunião, tendo em vista a realização de pauta externa, e exorta para o cumprimento dos princípios da administração pública, que o CGRC é o colegiado gerenciador, controlador e fiscalizador da execução, e as Superintendências são as executoras nas pontas. O Sr. Márcio opina que há indícios de subnotificação, mas não há materialidade. O Sr. Paulo discorda, apoiando-se nos números dos indicadores. O Sr. Ruy apresenta alguns dados de extração própria do Densp no BI, apontando para o problema da subnotificação e de desvios na regra de preenchimento de status de obra. Informa também do caso de Superintendências que estão fazendo visitas técnicas antes mesmo da análise do projeto básico. O Sr. Renan aponta que isso indica um descompasso no mapeamento de processos, o que prejudica a gestão de riscos. O Sr. Ruy dá outro exemplo, agora sobre a criação do Relatório de Visita Técnica: para se antecipar com relação ao defeso eleitoral, o Superintendente mandou um técnico a uma obra, e na hora de fazer um Relatório de Visita Técnica, o Serviço de Convênios aconselhou a ser feito um Relatório de Avaliação do Andamento, porque, alegadamente, o Relatório de Visita Técnica seria apenas para liberação de parcela, situação que teve de ser contornada pelo Departamento.

O Sr. Renan retomou a apresentação com o Indicador “quantidade de instrumentos em execução, vigentes e com percentual de execução maior ou igual a 80%”, ressaltando informações extraídas do BI, em especial os instrumentos acima de 95% e a meta de finalizar a obra em 180 dias da emissão da última OB, sendo que 114 instrumentos estão fora da meta. O Sr. Paulo opina que, futuramente, essa meta passará a ser um ponto de controle, dada a dificuldade de estabelecer uma meta para tal indicador. O Sr. Renan informou que os recortes e as análises dos indicadores deverão ser feitos pelas áreas técnicas.

O indicador apresentado a seguir trata de “obras iniciadas sem relatório há mais de 6 meses”, inclusos os recortes acima de 1, 2 e 3 anos, totalizando 522 investimentos, com 42 acima de 3 anos e instrumentos com percentual de conclusão próximos a 100%, com 227 obras com liberação total de parcelas. O Sr. Ruy informa que esse recorte foi enviado às Superintendências, de forma a gerar uma agenda positiva, mas que existem especificidades entre os convênios que estão nessa situação, citando exemplos, e relembra a Ordem de Serviço explicando cada situação de obra a ser incluída no sistema, mas que, ainda assim, há desentendimento com relação à classificação das obras. O Sr. Renan pontua que há 63 instrumentos já expirados em 2019 que estão em execução.

O Sr. Renan detalha as propostas da secretaria do Comitê para o enfrentamento das situações expostas, iniciando com uma reunião de apresentação da sistemática às Superintendências explicando onde os dados devem ser acessados e os reportes a serem encaminhados, uma vez que os colegiados não estão encaminhando documentos contendo soluções para o enfrentamento das dificuldades, bem como reuniões específicas com as Superintendências que apresentam situações de atenção na análise dos indicadores, como as 6 (seis) Superintendências, a saber, Acre, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão

e Pará, com execução abaixo da média. Outro item de atenção tem relação com a Portaria nº 7.553, de 14/12/2018 que estabelece a sistemática e detalha os responsáveis pelas ações de monitoramento, em especial a responsabilidade das áreas técnicas em apresentar os recortes dos indicadores. Realizou-se a leitura do ponto específico da Portaria que trata do tema, em especial a periodicidade das reuniões do Comitê para que as áreas técnicas apresentem os resultados parciais dos indicadores, visando à tomada de decisão por parte do Comitê quanto às medidas de enfrentamento das dificuldades. O Sr. Paulo solicita que seja encaminhada cópia da Portaria a todos os membros do Comitê e ao Tribunal de Contas da União, e o Sr. Renan explica que já foi encaminhada, mas o fará novamente. A representante do TCU questiona se há algum indicador de impacto na saúde. O Sr. Paulo registra que ainda não está implementado e o Sr. Renan pontua que há implementado apenas os de processo e desempenho, sendo o mais próximo o indicador de conclusão de obra com licença de operação. A Sra. Patrícia relembra que foram desenhados indicadores de impacto, mas que demandam alterações em sistema, sendo os 13 homologados apenas os que estavam prontos para implementação. O Sr. Paulo relembra que há uma matriz de indicadores construída pela Funasa que agregou parte dos indicadores sugeridos pelo Tribunal oriundos da consultoria da GIZ, mas que exigem esforços tanto no aprimoramento dos sistemas quanto, nos casos de fontes externas, da realização de parcerias, citando os indicadores de perdas no abastecimento de água, que demandam parcerias e capacitações. O Sr. Ruy pontua que, enquanto não se coloque os indicadores em produção, os indicadores de processo e desempenho auxiliam nessa leitura. O Sr. Renan também relembra que é competência do Comitê a pactuação de metas que tenham por consequência a aferição do desempenho institucional visando ao pagamento das gratificações. Pontua, também, que a governança abrange a análise da liderança e que, além da avaliação dos técnicos, há uma preocupação já consignada no Plano de Integridade com relação à avaliação de desempenho da gestão. O Sr. Paulo pontua que não vê dificuldade nesse processo, desde que pactuados critérios objetivos. O Sr. Renan detalha as competências dos colegiados das Superintendências e pontua a necessidade de sistematizar a forma de conexão entre o esforço dos colegiados e das áreas técnicas e as deliberações do Comitê. O Sr. Ruy argumenta que fazer essa pactuação com todas as Superintendências, sendo mais efetivo partir para a pactuação específica com cada Superintendência. O Sr. Paulo propõe que as medidas já sejam pactuadas neste momento.

Foram elencadas as medidas que devem ser tomadas: o encaminhamento de comunicação às Superintendências lembrando a Sistemática e demandando a atualização dos sistemas, com os recortes e as metas a serem perseguidas. A Sra. Ana Salett pontua que as supervisões regionais tendem a dar mais resultado que uma reunião geral com todos os superintendentes. O Sr. Ricardo pontua que alguns problemas irão aparecer em cada uma das Superintendências e que deve se dar espaço para o contraditório, pontuando que há superintendências que não irão encaminhar informações satisfatórias. Foram discutidas as formas de abordagem para essas comunicações. As medidas, responsáveis e prazos foram inseridos em uma planilha, que será disponibilizada a todos os presentes. O Sr. Ruy informou que a minuta de ofício contendo os recortes e metas está elaborada, mas questionou se o recorte do Desam está pronto, e se informou que o indicador do Desam está com problemas na base. Questionou-se a conveniência de adicionar a possibilidade de justificativa com relação à atualização do sistema, e a proposta foi acatada, de forma que o Ofício não irá cobrar justificativa da Superintendência para a não atualização. O Sr. Valteir questiona se os indicadores de convênios estão incluídos. O

Sr. Paulo informa que já existem indicadores de convênios, como o de vigência expirada. O Sr. Valteir informou que precisa se inteirar dos indicadores e verificar a possibilidade de adição de indicadores à sistemática. O Sr. Paulo relembra que é necessário trazer novos indicadores ao Comitê para sua homologação. O Sr. Renan lembrou que há uma planilha que pondera o indicador, inclusive para o ranqueamento dele visando à sua implementação na sistemática. Ainda sobre o indicador de conclusão de instrumentos de saúde ambiental, foi exposto o erro na extração do BI, que deverá ser corrigido pela Cgmti visando à adequação do indicador.

A próxima medida pactuada se trata de uma reunião regionalizada, com agentes públicos específicos das Superintendências. Questionou-se a necessidade da presença de todos os membros dos Colegiados das Superintendências, que incluem os chefes de planejamento, engenharia, saúde ambiental, convênios e administração. O Sr. Ricardo pondera a necessidade de uma reunião ampliada com todas as Superintendências, ainda que por videoconferência, para que a informação seja homogênea quanto à sistemática e as cobranças que serão feitas. O Sr. Márcio concorda com a proposta, recomendando que seja feita uma reunião ampliada, presencial, com todos os Superintendentes. O Sr. Barroso pondera que há no horizonte a possibilidade de troca de gestão, o que implicaria em custos e na possibilidade de que a informação não seja repassada adequadamente. A Sra. Elizabeth propõe a realização de reuniões específicas com as Superintendências que estão com problemas, por vídeo conferência. O Sr. Ruy pondera que a reunião com todos os superintendentes tomaria um tempo inicial de convencimento, uma vez que antes mesmo de se iniciar a pactuação, os gestores iniciariam a conversa expondo as dificuldades específicas de cada estado. A Sra. Ana Salett propõe uma espécie de ensaio, no Comitê, para que a presidência já se antecipe a essas demandas dos gestores, identificando as dificuldades locais. O Sr. Ruy concorda com a proposta. O Sr. Márcio questiona o reflexo das supervisões realizadas no passado e por que não houve continuidade na implementação das medidas. O Sr. Paulo pondera que houve resultado positivo, mas que houve uma interrupção na gestão. A Sra. Elizabeth questiona a conveniência de uma reunião regionalizada, propondo a realização de reuniões com as Superintendências específicas. O Sr. Paulo pondera que a forma de realização deve ser decidida entre as áreas técnicas, não sendo necessária a participação do Comitê nessa construção específica, de forma a ganhar ritmo na reunião. A Sra. Ana Salett opina que a reunião regionalizada tem ganhos, sendo necessário pensar em uma solução específica para a região Nordeste, que é muito grande. O Sr. Renan relembra a proposta da secretaria para a realização de uma videoconferência com todas as Superintendências para o esclarecimento da sistemática e dos reportes e posteriormente as específicas. A Sra. Elizabeth informa que a Coge/Cgpla está realizando videoconferências com todas as Superintendências para tratar do orçamento das unidades e que neste processo, alguns dos problemas de cada estado já estão aparecendo, o que salvaria tempo na análise das dificuldades locais. Foi adotada a proposta de uma videoconferência geral, visando o nivelamento de conhecimento da portaria que trata da sistemática. Foi debatido qual estratégia a ser adotada e o calendário para a realização das reuniões e ficou definido que a data a ser perseguida para o início das reuniões individualizadas será a partir de 13 de maio, a depender da formatação das reuniões.

A Sra. Elizabeth lembrou a todos da periodicidade das reuniões de monitoramento da sistemática, que devem ser bimestrais, propondo que sejam realizadas reuniões específicas para a sistemática ou que seja feita uma reunião regular do Comitê e uma para

a Sistemática. O Sr. Renan adicionou que as áreas técnicas devem estar atentas a esse calendário para se planejar com relação às extrações e recortes dos indicadores, visando à apresentação ao Colegiado. O Sr. Paulo sugeriu que a secretaria promova a proposta de calendário com as duas propostas, para a deliberação do Comitê.

A Sra. Elizabeth informa que a caixa do Comitê no SEI já está funcionando, sendo necessários alguns ajustes. O Sr. Renan informa que a próxima reunião regular está agendada para 29 de maio, ficando pendente a pauta da reunião. O Sr. Márcio propõe que sejam debatidas medidas para enfrentar a falta de pessoal da Funasa, visando apresentar medidas objetivas. O Sr. Renan pondera a necessidade de diferenciação entre os temas de gestão e de governança.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião.

Encaminhamentos:

- Foi preenchida planilha contendo as medidas de enfrentamento, responsáveis e prazos, com base na análise dos indicadores;
- A próxima reunião ordinária do Comitê está agendada para 29 de maio, às 9h, na Sala de Reuniões da Presidência – 3º Andar, com pauta a ser divulgada – foi solicitado que os membros encaminhem sugestões de pauta à Secretaria;
- A Secretaria do Comitê encaminhará sugestão de calendário para as reuniões específicas que tratem da Sistemática de Monitoramento e Avaliação por Indicadores, para avaliação dos membros.